

Apresentação

Migração, Saúde e Direitos Humanos: uma introdução

Maria da Graca Luderitz Hoefel

Denise Osório Severo

Ximena Pamela Diaz Bermudez

Jacinta Senna

As interfaces e as implicações mútuas entre migração, saúde e direitos humanos constituem a perspectiva analítica deste número especial da revista *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, que se dispõe a refletir sobre tais relações, em especial no contexto do Brasil e da França.

O enfoque em ambos países decorre de uma proposta internacional de pesquisa que se debruçou sobre o universo do cotidiano da vida desses sujeitos, cuja iniciativa começa a delinear-se em 2015 e concretiza-se a partir de 2017. Essa pesquisa, intitulada “Projeto Vidas Paralelas Migrantes Brasil-França”, foi a mola propulsora que conduziu ao esforço coletivo materializado em algumas das contribuições contidas neste número e, sobretudo, possibilitou a imersão no universo ainda invisibilizado das condições de vida desses sujeitos.

Embora o fenômeno social da migração faça parte da história da humanidade e muitos sejam os desafios que sempre acompanharam tal processo, é notório que ele se intensifica na última década e traduz as desigualdades sociais presentes em nível global, reproduzidas também nas políticas de imigração adotadas por distintos países e, conseqüentemente, na garantia dos direitos humanos desses sujeitos.

Assim, é oportuno reafirmar que a problemática em questão não é a migração no sentido *lato sensu*, mas sim a perspectiva política adotada por distintos Estados-nações em relação a tal fenômeno, cujas conseqüências se expressam em todo o tecido social e imaginário cultural, refletindo-se em obstáculos e, frequentemente, na ausência da garantia do direito à saúde, ao trabalho, à segurança, à habitação, à educação, à soberania alimentar e ao conjunto das políticas públicas que garantam a dignidade humana.

No que tange à saúde, o paradigma da determinação social ancorado em Breihl¹⁻³ nos permite compreendê-la enquanto processo que resulta da forma como a sociedade se organiza e, portanto, é fruto da estrutura desigual de classes, raça, gênero e etnia que incide sobre a produção e a reprodução da vida. Nesse sentido, as políticas de imigração revelam nitidamente o quanto as relações entre migração, saúde e direitos humanos traduzem tal concepção.

Ademais, isso sinaliza os desafios históricos da garantia dos direitos humanos e evidencia a disputa – teórica e política – que os acompanha desde sua origem, a qual, por sua vez, reflete a correlação de forças do conjunto das sociedades e a própria geopolítica global, tal como acentuado

por Boaventura de Sousa Santos⁴. Em consonância com essas premissas, é igualmente notável que a conjuntura atual de fortalecimento da extrema-direita em nível mundial tem corroborado a hostilidade, a xenofobia e a adoção de políticas restritivas ao acolhimento de migrantes e refugiados.

A despeito de todo esse cenário e da exposição crescente de migrantes e refugiados a toda sorte de violências, violações e contingências, eles resistem cotidianamente e constroem formas de lutar coletivamente pelo direito à vida. Seja por meio de movimentos e organizações, seja através das redes sociais ou de dispositivos artísticos e imagéticos, o fato é que os migrantes e refugiados reinventam suas vidas e criam formas de evocar ao mundo que os direitos humanos não podem ter fronteiras.

Esses elementos sinalizam os caminhos analíticos percorridos neste número, cujas contribuições dos autores oferecem pistas para refletir sobre a relação entre migração, saúde e direitos humanos, com a certeza de que há muito ainda para compreender e, sobretudo, um longo caminho a percorrer para o alcance da garantia dos direitos humanos de migrantes e refugiados.

Assim, as reflexões contidas na revista iniciam por meio do artigo que origina esta edição, no qual Maria da Graça Luderitz Hoefel e colaboradores abordam o Projeto Vidas Paralelas Migrantes Brasil-França a partir de experiências desenvolvidas em Brasília e Paris, que envolveram estudantes migrantes PEC-G da Universidade de Brasília, Mouvement Sans-Papiers em Paris e os centros de acolhimento de migrantes da Cáritas, situado no Rio de Janeiro e em Paris. O artigo discute os diferentes cenários, perspectivas teóricas e os caminhos percorridos na produção do conhecimento acerca do cotidiano de vida, cultura, saúde e trabalho dos migrantes, assinalando os avanços e desafios que caracterizam o desenvolvimento de um trabalho de cooperação.

A seguir, a revista adentra uma série de artigos que abarcam dois grandes blocos de análise, divididos em uma primeira abordagem que congrega artigos cujas temáticas percorrem os direitos humanos e discutem o acesso às políticas públicas de saúde, educação, trabalho, bem como as relações entre migração e gênero, o que oferta um panorama da situação vivenciada por migrantes e refugiados no Brasil e na França, trazendo à luz as condições de vida de mulheres e homens oriundos do Haiti, Venezuela, Palestina, Turquia, Sri-Lanka e países africanos, tais como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Congo, Marrocos, Argélia e Mali.

Esse bloco é introduzido por um artigo de revisão de literatura que mapeia as políticas de imigração no contexto da Europa entre 2008 e 2018, intitulado “Políticas de migração e direitos humanos no contexto da Europa: perspectivas teóricas e políticas”, de autoria de José Jocilson Nascimento Silva e Denise Osório Severo. Os resultados evidenciam dinâmicas paradoxais entre as medidas adotadas pela União Europeia e países-membros, com tendência de elaboração de políticas punitivas por parte do bloco, enquanto os países isoladamente tendem mais à adoção de políticas protetivas dos migrantes e garantia dos direitos humanos, embora estas últimas se destaquem por responder aos respectivos interesses de cada nação, centrados na regulação da migração laboral.

Em seguida, adentra-se a centralidade do primeiro bloco, por meio do artigo de Maria Angela Conceição Martins e Sílvia Angela Gugelmin, intitulado “O direito à saúde de imigrantes haitianos na perspectiva de profissionais do SUS”. Desenvolvida no contexto do estado do Mato Grosso, essa pesquisa traz contribuições relevantes e bastante áridas, mas que precisam ser vislumbradas para serem superadas. Nesse sentido, desnuda a existência de posturas estigmatizantes que vão na direção contrária à noção de cidadania e à afirmação do direito à saúde de imigrantes haitianos. As autoras ressaltam que as relações estabelecidas entre imigrantes e profissionais de saúde são espaços potentes de integração ou de exclusão, motivo pelo qual se torna fundamental refletir sobre estratégias de interação em contexto de diversidade cultural para garantir o direito e a equidade em saúde.

O direito à saúde é também objeto de análise no artigo que se segue, de autoria de Túlio Correia de Souza e Souza e colaboradores, intitulado “Migração e Atenção Primária à Saúde no estado de Roraima”. Essa pesquisa volta o olhar para a análise das demandas do direito à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente o nível da Atenção Primária à Saúde no estado de Roraima, em período recente, face à elevação da migração venezuelana no local. Os dados apontam para a necessidade de um olhar atento para os fluxos migratórios internos e internacionais, na perspectiva de reforçar as ações interfederativas e intersetoriais, com o intuito de assegurar respostas rápidas e eficientes na busca pela garantia do direito à saúde e aos demais direitos humanos de migrantes e refugiados.

Com efeito, os sistemas nacionais de saúde devem estar preparados para absorver possíveis demandas e garantir a proteção da saúde de migrantes, refugiados e do conjunto da população, sobretudo em contextos de expansão dos movimentos migratórios. Sobre essa questão, no artigo “Migração e saúde: inter-relações, legislação e acesso”, Nayara Belle Nova da Costa, Helen Gurgel e Karina Flávia Ribeiro Matos discutem o direito de acesso aos serviços de saúde por parte de migrantes e refugiados, a partir de uma análise do arcabouço jurídico internacional e nacional, avançando para uma discussão centrada nas concepções de acesso, a fim de problematizar em que medida essas concepções contemplam as especificidades das populações migrantes.

Muitos dos obstáculos apresentados refletem também desafios históricos que se relacionam ao modelo de formação em saúde e à ausência de preparo para lidar com as questões da interculturalidade, o que interfere nos processos de cuidado, adesão ao tratamento e eficácia dos serviços de saúde. Essa temática é tratada por Izabella Barison Matos e colaboradores no artigo “Haitianas, formação médica e Sistema Único de Saúde”, que reflete sobre o choque paradigmático existente entre os aspectos culturais das práticas de saúde de mulheres migrantes haitianas e a racionalidade biomédica hegemônica na formação em saúde, cujas repercussões podem interferir na baixa adesão aos tratamentos. Com efeito, a mudança do modelo de formação em saúde é fundamental para a consolidação do SUS e do direito à saúde. Nesse sentido, existem incontáveis iniciativas implantadas cotidianamente e que expressam o esforço de construção de práticas norteadas por outros parâmetros e paradigmas, fundados na interculturalidade, interdisciplinaridade

e multiprofissionalidade.

Essa perspectiva encontra eco no artigo “Acolhimento e humanização da atenção aos haitianos: uma ação interprofissional”, de Andrey Junior Cardoso dos Santos e colaboradores, que apresentam uma experiência de integração ensino-serviço-comunidade, desenvolvida pela Universidade Estadual de Maringá, articulada à rede local do SUS. O objetivo foi o aperfeiçoamento da atenção odontológica ao paciente haitiano e melhoria no acesso à Unidade de Básica de Saúde por meio de processos de tradução. A equipe elaborou e distribuiu cartilhas e panfletos para que a população em geral conhecesse sobre a cultura haitiana e simultaneamente realizou a tradução de vários instrumentos utilizados pela Unidade. Os resultados indicam que a experiência foi de extrema importância para melhorar o contato entre profissionais da saúde e imigrantes, além de favorecer a formação interprofissional e o fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade.

Os artigos supracitados são fundamentais para subsidiar a construção de políticas públicas de saúde capazes de efetivar os princípios do SUS e garantir os direitos humanos de migrantes e refugiados, bem como respeitar e implantar as garantias constitucionais inscritas na Nova Lei de Migração adotada pelo Brasil.

Desse modo, é preciso atenção às políticas públicas de educação. É notória a importância do domínio da língua do país de acolhimento para a real construção de relações sociais e inclusão, além de constituir requisito para a apropriação e exigência dos direitos que lhes cabem em cada nação. Esse tema é discutido por Vivianne Peixoto da Silva e colaboradores no artigo “Ensino da língua portuguesa para imigrantes: primeiro passo para o alcance dos direitos humanos”, no qual assinalam a importância de tal processo, com base na análise de uma experiência desenvolvida em Uberlândia, no estado de Minas Gerais. Os resultados indicam que as ações voltadas à capacitação impactam significativamente a inserção de migrantes e refugiados na sociedade e apontam lacunas presentes no que tange à implementação de políticas públicas educacionais de responsabilidade do Estado, capazes de garantir esse direito.

As dificuldades relativas às políticas públicas educacionais também são tratadas no artigo “Direitos humanos e repercussões à saúde de migrantes integrantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade de Brasília”, de autoria de Raul Rodrigues de Assis, Maria da Graça Luderitz Hoefel e Denise Osório Severo. O estudo revela fragilidades da implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, de responsabilidade do Ministério da Educação, e inúmeras lacunas se expressam em dificuldades de acesso à alimentação, à moradia estudantil e à saúde, elementos que afetam expressivamente a vida e a permanência desses estudantes durante sua formação no Brasil, impactando seriamente a saúde mental.

A garantia do direito à educação é também uma exigência para o acesso ao mercado de trabalho. Sabe-se que as condições de trabalho de migrantes e refugiados em nível global são altamente precárias e essa população frequentemente é exposta a elevado nível de exploração, ausência de

direitos trabalhistas e inúmeros outras situações de risco. Isso é abordado por Regina Silva Futino e Gabriela Sorgatto do Amaral, no artigo “Maria Cheia de Graça: um olhar sobre a saúde da trabalhadora migrante”, que traz à luz o universo do mundo do trabalho informal de mulheres migrantes e discute explorações, violências e repercussões sobre a saúde, a partir de uma análise que traça paralelos entre a teoria e a vida real, com base na trajetória fictícia representada pela jovem Maria no filme “Maria Cheia de Graça”, dirigido por Joshua Marston. Esse trabalho adentra a questão de gênero, ao situar as vulnerabilidades e especificidades da situação de vida e trabalho de mulheres migrantes, sinalizando a importância dessa discussão e da perspectiva das interseccionalidades na abordagem do fenômeno da migração. Por outro lado, as questões de gênero são também abordadas ulteriormente, reiterando a categoria gênero como transversal na análise da sociedade e, como tal, suas relações intrínsecas a todas as dimensões de tal fenômeno.

O segundo bloco de artigos tem como foco os processos de resistência e experiências de enfrentamento das adversidades empreendidas por mulheres e homens migrantes e refugiados, aqui abordados no contexto sociocultural do Brasil e da França. Essas resistências, fortemente marcadas por práticas coletivas, artísticas e imagéticas, têm sido locus de identificação, agregação e emancipação social, favorecendo a conquista de direitos humanos em distintos contextos. É preciso destacar que essas ações coletivas enfrentam adicionalmente um cenário atual ainda mais hostil, influenciado pela ascensão da extrema-direita, que se expressa em grupos e movimentos xenófobos, declaradamente anti-imigração e avessos às diversidades culturais, sociais e políticas.

Dada a importância e as repercussões de tais grupos sobre a migração, bem como a relevância de tal questão para a compreensão dos processos de resistência construídos por migrantes e refugiados, o segundo bloco é introduzido por essa temática, por meio do artigo de Matthis Garnier, intitulado “Os grupos anti-migrantes de Calais: o espetáculo da vigilância”. Esse texto contém uma análise baseada em pesquisa de campo desenvolvida no emblemático acampamento de migrantes e refugiados situado no noroeste da França, às margens do Canal da Mancha, que ficou mundialmente conhecido pelo nome de *Jungle Calais* e foi extinto pelo Estado francês em 2016. Garnier discorre minuciosamente sobre o tema e assinala, à guisa de conclusão, que as ações de tais grupos anti-migração se ancoravam em três características centrais: a) vontade de implantar práticas de vigilantismo; b) visão de mundo fundada na oposição a uma figura do inimigo; c) encenação espetacularizada do repertório de ação do coletivo na perspectiva da comunicação viral.

Não obstante, os artigos seguintes discutem diferentes formas de resistências que emergem e se afirmam no bojo desses processos. Assim, o segundo bloco é inaugurado pelo artigo “Rasgo Coletivo: imagens dos atravessamentos entre Arte e Saúde Coletiva no Projeto Vidas Paralelas Migrantes”, de Claudia Washington, que discute a concepção de “rasgos” com base em marcos teóricos das Artes, em diálogo com vivências desenvolvidas com migrantes e refugiados no contexto da França, por meio de dispositivos artísticos e imagéticos. O trabalho busca demonstrar

como as imagens produzidas nos atravessamentos entre arte e saúde coletiva no Projeto Vidas Paralelas Migrantes rasgam os sistemas de homogeneização identitária.

Em seguida, Ashjan Sadique Adi e colaboradores retratam formas de resistências e protagonismo de mulheres árabes-palestinas em situação de refúgio no Brasil, abordadas no artigo: “Para além dos retratos comuns sobre a condição de refúgio e de migração: narrativas de mulheres palestinas sobre seu protagonismo no Brasil”. As autoras trazem à luz iniciativas que revelam a capacidade de resiliência e superação das adversidades impostas, assinalando que o apoio a esses processos advém substancialmente de organizações e indivíduos da sociedade civil, evidenciando lacunas existentes em relação ao suporte do poder público.

As estratégias de resistências de migrantes e refugiados na sociedade contemporânea se expressam também em novas formas de relações estabelecidas com as redes sociais. Essa temática é tratada no artigo “Facebook como dispositivo para expressar o processo de migração: revisão integrativa”, de Samuel Vitor Pinto de Andrade e colaboradores. A análise sinaliza que o Facebook e as redes são dispositivos fundamentais antes, durante e depois do deslocamento, seja para planejamento de rotas, manutenção dos laços familiares, preservação da cultura ou construção de novas redes que permitam a inclusão social no contexto do país de acolhida. Além disso, constituem instrumentos de denúncia, resistência e luta por direitos humanos.

Apesar da importância que as redes sociais assumem no processo de migração, os movimentos sociais “clássicos”, ou suas derivações adaptadas às distintas realidades, também resistem e continuam a contribuir para a conquista dos direitos de migrantes e refugiados. A despeito de toda a crise que as formas de representação política e participação social apresentam na sociedade contemporânea, esses movimentos resistem como bastiões das lutas coletivas.

Desse modo, este número da revista encerra suas reflexões com um artigo de opinião que almeja trazer para dentro desta análise um pouco da materialidade e história viva dos processos de luta, com suas pulsações, afetos e angústias, que perpassam o árduo caminho trilhado por migrantes e refugiados em busca da garantia do direito à vida. É preciso dizer que essas trilhas não são somente compostas por migrantes e refugiados, posto que demandam sempre o encontro com a solidariedade humana daquelas e daqueles que mantêm a sua capacidade de se indignar perante as injustiças sociais, sem os quais as lutas possivelmente também não seriam as mesmas.

Dito isso, o último artigo constitui uma espécie de cartografia de travessias e processos de luta vivenciados por migrantes e refugiados *sans papiers*, situados na região de Paris, que arriscam a vida em busca do sonho de obtenção de condições dignas de vida para si e suas famílias. Os caminhos, sofrimentos, injustiças e resistências empreendidas por essas mulheres e homens em busca da dignidade humana, são narrados pelas palavras e voz de Marguerite Rollinde, militante do *Mouvement Sans Papiers*. Boa parte dos seus 70 anos de vida foram dedicados a assumir o papel de “intelectual orgânico”, na perspectiva de Gramsci⁷. Nesse sentido, sua narrativa tem inegável

importância histórica, que precisa ser compartilhada e muito nos ensina. Nosso agradecimento especial a essa autora que cedeu seu escasso tempo para partilhar um pouco de sua caminhada com os migrantes e refugiados.

A todas e todos demais autores que gentilmente contribuíram com este número da *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, nosso imenso agradecimento por tamanhas contribuições. Esperamos sinceramente que este número contribua para a reflexão acerca das questões aqui abordadas e que, sobretudo, favoreça a garantia dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

REFERÊNCIAS

1. Breihl J. *Epidemiologia: economia, política e saúde*. São Paulo: UNESP; Hucitec; 1991.
2. Breihl J. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.
3. Breihl J. Las tres ‘S’ de la determinación de la vida 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In: Nogueira RP (Org.) *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: CEBES; 2010.
4. Santos BS. Os direitos humanos na zona de contato entre globalizações rivais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. 2007;15(64):313-37.
5. Santos BS. Os direitos humanos na pós-modernidade. In: *Direito e sociedade*, Coimbra, n. 4, mar. 1989.
6. Santos BS. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: Santos BS (Org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
7. Gramsci A. *A formação dos intelectuais*. S. Ferreira (Trad.). Rio de Janeiro: Achiamé; 2013.